

A semana em Brasília

3 a 7 de junho

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.



LEGISLATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário:

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

Licitações. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.292/1995 que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões:

Comissão Especial da Reforma da Previdência

Seminário. Reforma da Previdência. A Comissão Especial realiza em 4 de junho, às 9 horas, seminário para debater as experiências internacionais em previdência social. Para a audiência, foram convidados os senhores Heinz Rudolph (economista no Grupo Banco Mundial), Eugénio Andrés Rivera Urrutia (diretor de Economia da Fundação Chile 21), Claudio Andrés Palavecino Cáceres (professor do Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universidade do Chile), Felipe Scudeler Salto (diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente –IFI), Fabio Luiz dos Passos (diretor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário –IBDP), Milko Matijascic (técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –IPEA), Mariano Bosch Mossi (especialista da Divisão de Mercados de Trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID), Vinicius Carvalho Pinheiro (diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para a ONU) e as senhoras Sônia Maria Fleury Teixeira (pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ), Maria Lúcia Fattorelli (coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida) e Cristina Victoria Tapia Poblete (presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Chile – ANACPEN).

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

Audiência Pública. Concessionárias de Energia Elétrica. A CDC realiza em 4 de junho, às 10 horas, audiência pública para debater cobrança pelas concessionárias de energia elétrica de valores oriundos de desvios e falhas na distribuição de energia elétrica. Para a audiência, foram convidados os senhores André Pepitone da Nóbrega (diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL), Sidney Rosa Da Silva Junior (coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e Contribuinte do Ministério Público do Rio de Janeiro – CAO

MP/RJ), Julio da Silva Filho (delegado titular da Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados –DDSD/RJ), Artur Manuel Tavares Resende (diretor presidente da Enel Distribuição Rio) e as senhoras Zeidan Lula (deputada estadual) e Ana Marta Horta Veloso (diretora presidente da Diretoria Executiva da Light).

Em 5 de junho, a CDC realiza às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Rastreamento de Objetos Postados. O Projeto de Lei nº 10.052/2018 altera a Lei dos Serviços Postais e o Código de Serviços Postais e o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer a obrigatoriedade de oferta de mecanismo que permita o rastreamento da entrega de objetos postados, sempre que a contratação de fornecimento de produtos ocorrer fora do estabelecimento comercial. O relator deste projeto é o deputado Deley (PTB-RJ). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (“CMADS”)

Audiência Pública. Unidades de Conservação. A CMADS realiza em 4 de junho, às 14 horas, audiência pública para debater os benefícios das unidades de conservação para a economia e o desenvolvimento nacional. Para a audiência, foram convidados os senhores Rodrigo Jesus de Medeiros (professor do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –UFRRJ), Carlos Eduardo Frickmann Young (professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), André Nahur (diretor da Conservation Internacional –CI), Homero de Giorge Cerqueira (presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio), Leandro Mitidieri Figueiredo (coordenador do Grupo de Trabalho de Conservação do Ministério Público Federal –MPF) e Fernando Henrique Sousa (diretor do Grupo Cataratas).

Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)

Audiência Pública. Reforma da Previdência. A CFT realiza em 4 de junho, às 14 horas, audiência pública para debater os impactos da reforma da previdência. Para a audiência, foi convidado o senhor Paulo Guedes (Ministro da Economia).

Em 5 de junho, a CFT realiza às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Tributação. O Projeto de Lei nº 1.887/2015 altera a legislação tributária federal relativa a multas tributárias, à tributação dos juros sobre o capital próprio e à extinção da punibilidade em crimes contra a ordem tributária. O relator do projeto é o deputado Lucas Vergilio (SOLIDARI-GO). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Equalização de Taxas de Juros. O Projeto de Lei nº 7.740/2017 estende o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural. O relator do projeto é o deputado Celso Maldaner (MDB-SC). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Minas e Energia (“CME”)

Audiência Pública. Energia Fotovoltaica. A CME realiza em 4 de junho, às 14h30min, audiência pública para debater a geração distribuída de energia fotovoltaica. Para a audiência, foram convidados os senhores Reive Barros (secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia), Rodrigo Limp (diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL), Darlan Santos (diretor-presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia do Rio Grande do Norte –CERNE), Carlos Evangelista (representante da Associação Brasileira de Geração Distribuída –ABGD), Marco Delgado (representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE), a senhora Eliana Cavalcanti (representante da ALSolar) e representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).

Em 5 de junho, a CME realiza às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica. O Projeto de Lei nº 8.129/2014 torna obrigatória a obtenção de licença prévia de empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica objeto de licitações promovidas pelo governo federal, e aumenta os prazos de implantação dos empreendimentos de geração estabelecidos nos leilões de compra de energia nova. O relator do projeto é o deputado Felício Laterça (PSL-RJ). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Barragens. O Projeto de Lei nº 3.561/2015 torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento e/ou vazamento de barragens. O relator do projeto é o deputado Wellington Roberto (PR-PB). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Desenvolvimento Urbano (“CDU”)

A CDU realiza em 5 de junho, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Desapropriação. Reparcelamento do Solo. O Projeto de Lei nº 6.905/2017 altera o a Lei de Desapropriação para tratar da desapropriação para reparcelamento do solo. O relator do projeto é o deputado Francisco Jr. (PSD-GO). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

A CDEICS realiza em 5 de junho, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Cooperação para Exportação. O Projeto de Lei nº 4.314/2016 permite que as indústrias que estejam vinculadas aos Serviços de Inspeção Estaduais

e Municipais possam enviar seus miúdos e despojos para as empresas com inspeção federal e habilitadas ao comércio internacional, para posterior comercialização com países que adquirem e consomem estes produtos. O relator do projeto é o deputado Robério Monteiro (PDT-CE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Audiência Pública. Passagens Aéreas. A CDEICS realiza em 6 de junho, às 9h30min, audiência pública para debater o valor desproporcional das passagens e a escassez de destinos atendidos pelas linhas aéreas no Brasil e seus impactos econômicos. Para a audiência, foram convidados os senhores José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz (presidente da Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC), Guilherme Mendes Resende (economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica –CADE), Sérgio Dias (presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil –FENTAC), Alberto Fajerman (assessor da presidência da GOL Linhas Aéreas S.A.), Marcelo Bento (diretor de Alianças, Distribuição e Azul Viagens da AZUL Linhas Aéreas Brasileiras), Adriano Paranaíba (economista e doutor em Transportes na área de Concentração, Logística e Gestão), as senhoras Patrícia Luzia Gomes (coordenadora regional SUL do Sindicato Nacional dos Aeroviários –SNA), Gislaine Rossetti (diretora de Relações Institucionais e Regulatório da LATAM Airlines Brasil) e representante da Associação Brasileira de Fabricantes de Aeronaves (ABRAFAL).

Comissão de Viação e Transportes (“CVT”)

A CVT realiza em 5 de junho, às 10h30min, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Seguro Obrigatório. Transporte de Carga. O Projeto de Lei nº 2.080/2015 estabelece que a obrigatoriedade de contratação do seguro no transporte rodoviário de cargas é exclusiva da transportadora. O relator do projeto é o deputado Abou Anni (PSL-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Transporte Privado Individual. O Projeto de Lei nº 448/2019 regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual. O relator do projeto é o deputado Lucas Gonzalez (NOVO-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

SENADO FEDERAL

Plenário:

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

Desburocratização. O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, a Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2016 que altera a Constituição Federal para estabelecer medidas de desburocratização da Administração Pública, como (i) prever que a lei complementar aplique normas simplificadas aos pequenos municípios e estabeleça o estatuto de defesa dos direitos do contribuinte, (ii) fixar a regra da anterioridade plena, para que o ato de instituição ou aumento de tributo seja publicado até o mês de junho do exercício anterior à cobrança (iii) e retirar a previsão de que a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não pode contratar com o Poder Público nem receber benefícios fiscais. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Dados Pessoais. O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2019 que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixa a competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões:

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

A CAE realiza em 4 de junho, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

ICMS. O Projeto de Lei do Senado nº 151/2016 altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para orientar a aplicação da Emenda Constitucional nº 87/2015, que institui o novo regime do ICMS nas operações interestaduais. O relator do projeto é o senador Jorginho Mello (PR-SC). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Cartão de Crédito. O Projeto de Lei do Senado nº 162/2018 define faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito. O relator do projeto é o senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (“CCJ”)

A CCJ realiza em 5 de junho, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Contagem de Prazo. Processo Administrativo. O Projeto de Lei do Senado nº 35/2018 altera a Lei do Processo Administrativo Federal para estabelecer a suspensão dos prazos no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro e a contagem dos prazos apenas em dias úteis. O relator do projeto é o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. O Projeto de Lei do Senado nº 312/2016 altera a Lei do Colarinho Branco para enquadrar as entidades de previdência complementar à norma legal. O relator do projeto é o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Assuntos Sociais (“CAS”)

Audiência Pública. Cosméticos. A CAS realiza em 5 de junho, às 11 horas, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 616/2019 que altera a Lei de Vigilância Sanitária, para tratar da regulação ambiental de cosméticos e da proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais. Para a audiência, foram convidados os senhores Sérgio Luiz Lira Palma (presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia), Leonlene de Sousa Aguiar (diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte), Miguel Mies (pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo), a senhora Karla Brandão (diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos) e representante do Ministério do Meio Ambiente (“MMA”) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”).

Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que interessam ao ambiente empresarial.

NOVOS PROJETOS DE LEI	
Câmara dos Deputados	
Startups	O Projeto de Lei Complementar nº 146/2019 trata das startups e apresenta medidas de estímulo à criação dessas empresas e estabelece incentivos aos investimentos por meio do aprimoramento do ambiente de negócios no País. Leia aqui o avulso da matéria.
Resíduos Sólidos	O Projeto de Lei nº 3.153/2019 altera a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para exigir a elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para eventos de grande porte. Leia aqui o avulso da matéria.
Saneamento Básico	O Projeto de Lei nº 3.189/2019 (i) atualiza o marco legal do saneamento básico, (ii) atribui à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, (iii) altera as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, (iv) aprimora as condições estruturais do saneamento básico e (v) autoriza a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Leia aqui o avulso da matéria.

Saneamento Básico	O Projeto de Lei nº 3.235/2019 (i) atualiza o marco legal do saneamento básico, (ii) atribui à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, (iii) altera as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, (iv) aprimora as condições estruturais do saneamento básico, (v) autoriza a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, (vi) trata de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e (vii) veda a prestação por contrato de programa dos serviços públicos. Leia aqui o avulso da matéria.
Saneamento Básico	O Projeto de Lei nº 3.239/2019 (i) atualiza o marco legal do saneamento básico, (ii) atribui à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, (iii) altera as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, (iv) aprimora as condições estruturais do saneamento básico e estende seu âmbito de aplicação às microrregiões, (v) autoriza a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados e (vi) trata de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Leia aqui o avulso da matéria.
Poder Legislativo	A Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2019 altera a redação do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, para atribuir ao Congresso Nacional a competência sustar os atos do Poder Executivo ou do Poder Judiciário que exorbitem seu poder regulamentar, os limites de delegação legislativa, ou violem a competência exclusiva do Poder Legislativo. Leia aqui o avulso da matéria.
Senado Federal	
Pré-Sal. Licitação	O Projeto de Lei nº 3.178/2019 altera a Lei do Pré-Sal, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção. Leia aqui o avulso da matéria.
Contagem de Prazo. Infração Ambiental	O Projeto de Lei nº 3.182/2019 altera a Lei de Crimes Ambientais, para disciplinar procedimentos e prazos de análise e julgamento de autos de infração ambiental. Leia aqui o avulso da matéria.



EXECUTIVO

Os Órgãos e Agências do Governo Federal conduzem consultas e audiências públicas em matérias de relevo para as atividades empresariais. Veja os detalhes das discussões que foram recentemente tornadas públicas:

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Consulta Pública nº 20/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater a revisão do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de

Frequências no Brasil (PDF), com vistas à atualização das atribuições dos serviços de radiocomunicação no Brasil conforme Conferências Mundiais.

As contribuições poderão ser enviadas até 29 de junho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”)

Audiência Pública nº 22/2019 – A ANEEL realiza audiência pública para debater o aprimoramento da metodologia de definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As contribuições poderão ser enviadas até 28 de junho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Audiência Pública nº 23/2019 – A ANEEL realiza audiência pública para debater o aprimoramento da proposta de Edital do Leilão de Transmissão nº 2/2019, destinado à contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, referente à construção, à operação e à manutenção de linhas de transmissão, subestações e demais instalações integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

As contribuições poderão ser enviadas até 1º de julho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da audiência pública.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”)

Audiência Pública nº 5/2019 – A ANTAQ realiza audiência pública para debater o aprimoramento da proposta de metodologia de análise de reajuste e abusividade de preços dos terminais portuários autorizados e arrendados.

As contribuições poderão ser enviadas até 17 de junho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da audiência pública.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

[Consulta Pública nº 653/2019](#) – A ANVISA realiza consulta pública para debater as diretrizes de boas práticas de fabricação de medicamentos.

As contribuições poderão ser enviadas até 1º de agosto de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (“INMETRO”)

[Consulta Pública \(Portaria nº 259/2019\)](#) – O INMETRO realiza consulta pública para debater proposta de normativo que aperfeiçoa os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária, estabelecidos pela Portaria nº 54/2016.

As contribuições poderão ser enviadas até 28 de julho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões e consultas públicas em andamento nos Órgãos e Agências do Governo Federal, em matérias de relevo para as atividades empresariais e que se encerram entre junho e agosto de 2019:

Consulta/ Audiência Pública	Tema da Consulta/ Discussão	Prazo para Contribuição
ANATEL ¹		
Consulta Pública nº 10/2019	Debater a proposta de revisão das destinações e condições de uso das faixas de radiofrequências associados ao Serviço Fixo, em aplicações ponto a ponto.	10 de junho de 2019
Consulta Pública nº 14/2019	Debater a proposta de revisão da regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L), tendo como sua principal motivação a possibilidade de utilizar a faixa para os sistemas IMT (International Mobile Telecommunications).	26 de junho de 2019
Consulta Pública nº 20/2019	Debater a revisão do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil (PDFF), com vistas à atualização das atribuições dos serviços de radiocomunicação no Brasil conforme Conferências Mundiais.	29 de junho de 2019

¹ Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

ANEEL ²		
Audiência Pública nº 14/2019	Debater a regulamentação do Decreto nº 9.597/2018, relacionado à implantação da infraestrutura de energia elétrica nas situações de interesse social.	7 de junho de 2019
Audiência Pública nº 13/2019	Debater o processo de reavaliação da Resolução Normativa nº 673/2015, que estabelece os requisitos e procedimentos para obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamento de potencial hidráulico com características de Pequena Central Hidrelétrica – PCH, e respectiva Análise de Impacto Regulatório – AIR.	12 de junho de 2019
Consulta Pública nº 11/2019	Debater a metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios, a ser aplicada, a partir de 2020, aos processos de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica.	18 de junho de 2019
Consulta Pública nº 12/2019	Debater o aprimoramento dos requisitos de serviços auxiliares dos Procedimentos de Rede.	21 de junho de 2019
Audiência Pública nº 22/2019	Debater o aprimoramento da metodologia de definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.	28 de junho de 2019
Audiência Pública nº 23/2019	Debater o aprimoramento da proposta de Edital do Leilão de Transmissão nº 2/2019, destinado à contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, referente à construção, à operação e à manutenção de linhas de transmissão, subestações e demais instalações integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.	1º de julho de 2019
ANP ³		
Tomada Pública de Contribuições nº 1/2019	Debater instrumentos regulatórios que venham a possibilitar a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) referentes a eventuais descumprimentos de compromissos de conteúdo local constantes exclusivamente em contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.	3 de junho de 2019
Audiência Pública nº 11/2019	Debater a redação final da resolução que regulamenta as regras que estabelecem as definições, diretrizes e normas para a aplicação de recursos a que se referem às Cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, presentes nos Contratos para Exploração Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como as regras para comprovação das atividades de P,D&I e respectivas despesas realizadas pelas Empresas Petrolíferas em cumprimento às referidas cláusulas contratuais.	4 de junho de 2019

² Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

³ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

ANTAQ ⁴		
Audiência Pública nº 4/2019	Debater a proposta de norma que estabelece critérios e procedimentos para a autorização e prestação de serviços de transporte privado de pessoas, veículos e cargas, na navegação interior de travessia.	11 de junho de 2019
Audiência Pública nº 5/2019	Debater o aprimoramento da proposta de metodologia de análise de reajuste e abusividade de preços dos terminais portuários autorizados e arrendados.	17 de junho de 2019
ANTT ⁵		
Audiência Pública nº 3/2019	Debater minuta de resolução que estabelece a metodologia para cálculo dos valores de indenização relativos aos investimentos não depreciados ou amortizados, em bens reversíveis, em caso de extinção antecipada de concessões rodoviárias federais por caducidade, encampação, rescisão, anulação ou relicitação.	24 de junho de 2019
Audiência Pública nº 4/2019	Debater a regulação para o pagamento eletrônico de frete.	23 de junho de 2019
ANVISA ⁶		
Consulta Pública nº 613/2019	Debater a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País e sobre as medidas decorrentes de sua reavaliação toxicológica.	6 de junho de 2019
Consulta Pública nº 633/2019	Debater o registro de produtos biológicos de menor complexidade.	3 de julho de 2019
Consulta Pública nº 632/2019	Debater a proposta de normativo que estabelece os critérios, requisitos e procedimentos para o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos e serviços sujeitos ao regime de vigilância sanitária.	4 de julho de 2019
Consulta Pública nº 640/2019	Debater a proposta de alteração do prazo de validade da regularização de produtos saneantes.	12 de julho de 2019
Consulta Pública nº 652/2019	Debater a proposta de instrução normativa que trata dos procedimentos administrativos para apresentação de dados e provas adicionais posteriormente à concessão do registro ou pós-registro de medicamentos.	12 de julho de 2019
Consulta Pública nº 653/2019	Debater as diretrizes de boas práticas de fabricação de medicamentos.	1º de agosto de 2019
CVM ⁷		
Audiência Pública nº 1/2019	Debater minuta de instrução que altera a Instrução CVM nº 592/2017, que trata da atividade de consultoria de valores mobiliários.	6 de junho de 2019

⁴ Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ").

⁵ Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT").

⁶ Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

⁷ Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Audiência Pública nº 2/2019	Debater minuta de instrução que altera a Instrução CVM nº 361/2002, que trata das ofertas públicas de aquisição de ações de companhias abertas.	10 de junho de 2019
INMETRO⁸		
Consulta Pública (Portaria nº 184/2019)	Debater a proposta de alteração da Portaria Inmetro nº 371/2007, visando inclusão de requisitos de avaliação para sistemas de medição de energia elétrica sem gabinete.	22 de junho de 2019
Consulta Pública (Portaria nº 259/2019)	Debater proposta a de normativo que aperfeiçoa os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária, estabelecidos pela Portaria nº 54/2016.	28 de julho de 2019
MAPA⁹		
Consulta Pública (Produtos Biológicos de Uso Veterinário)	Debater os procedimentos e condições de realização de estudos de estabilidade para o registro ou alterações pós-registro de produtos biológicos de uso veterinário.	24 de junho de 2019
MME¹⁰		
Consulta Pública nº 72/2019	Debater os procedimentos e a metodologia a serem empregados pelo Ministério na revisão e cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas solares fotovoltaicas.	17 de junho de 2019
MCTIC¹¹		
Consulta Pública (Startups)	Debater o Marco Legal de Startups e Empreendedorismo Inovador, em elaboração pelo governo federal em parceria com a iniciativa privada.	23 de junho de 2019

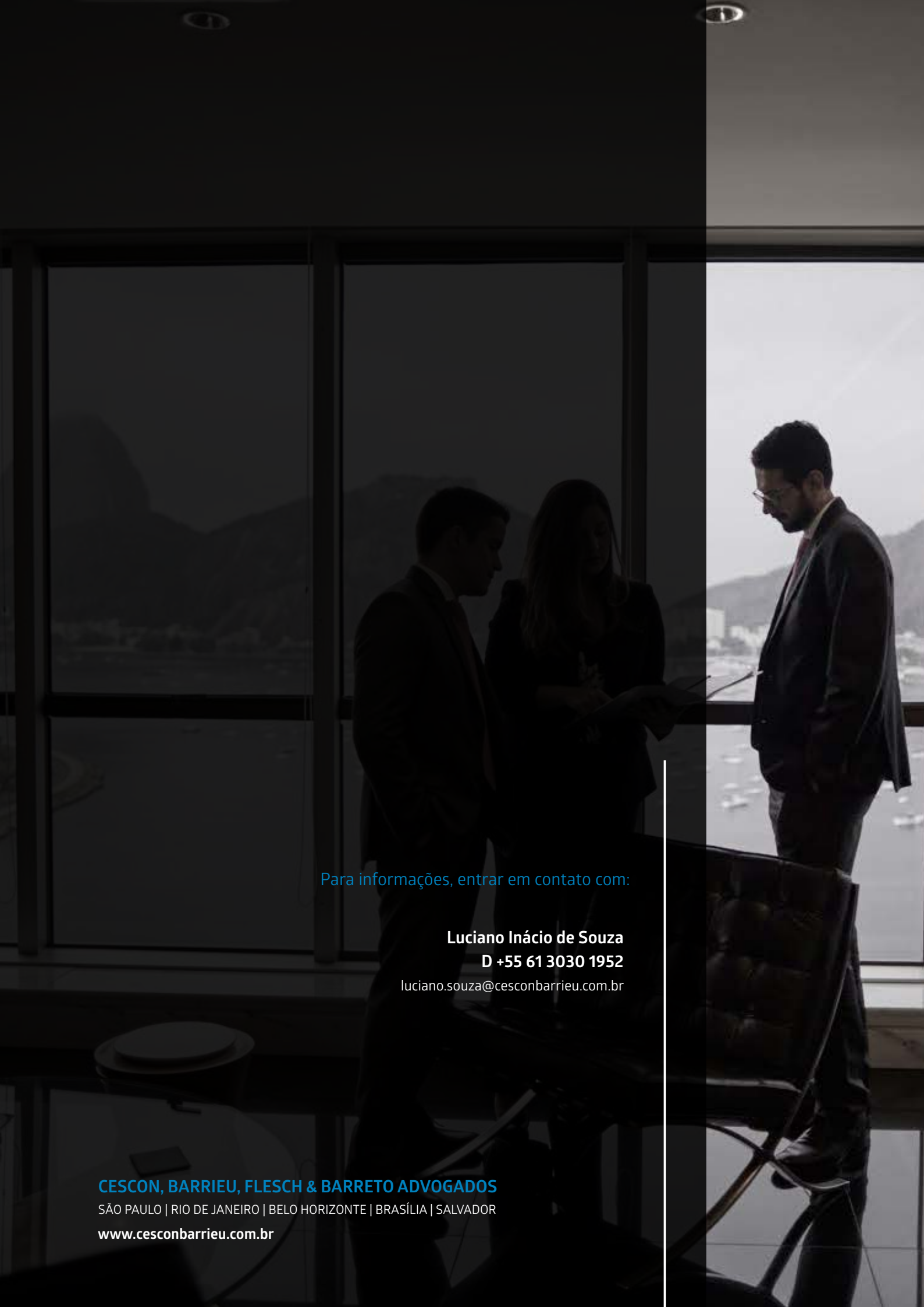
⁸ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ("INMETRO").

⁹ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA").

¹⁰ Ministério de Minas e Energia ("MME").

¹¹ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações ("MCTIC").

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.



Para informações, entrar em contato com:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR

www.cesconbarrieu.com.br